



Nessa última semana de trabalho antes do recesso, o Senado aprovou um projeto sobre violência política contra as mulheres. O [PL 5613/2020](#) (na origem [PL 349/2015](#)), de autoria da deputada Rosângela Gomes (PRB/RJ), foi aprovado no plenário do Senado. Entre as ações previstas no texto aprovado, constam mudanças no Código Eleitoral, com a criminalização de divulgação de conteúdo falso durante período de campanha; prevê o crime de assédio à candidata; veda propaganda eleitoral que deprecie a condição da mulher ou estimule a discriminação. A proposta que veio da Câmara, segue para sanção presidencial.

O Senado aprovou também o projeto sobre a participação das mulheres nos cargos eletivos. O [PL 1951/2021](#) altera a legislação eleitoral trata do pleito proporcional, por meio de regras que tratam do percentual mínimo 30% de vagas para candidaturas de cada sexo. Trata ainda da divisão dos gastos de campanha com recursos do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário conforme o sexo, e da reserva de assentos para as mulheres. O autor é o senador Angelo Coronel (PSD/BA),

A proposta original reservava 15% das cadeiras na Câmara, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais para ser preenchido por mulheres. A proposta aprovada assegura, em 2040, 30% destas vagas. Ainda que avance, ao assegurar cotas não mais para as candidaturas e sim para as vagas em disputa, é atrasada demais ao escalonar em oito pleitos a chegada a esse tímido patamar. O relator, senador Carlos Fávaro (PSD/MT) rejeitou as emendas apresentadas pelo senador Paulo Paim (PT/RS), com a justificativa que o tema da igualdade racial deveria ser tratado por projeto específico. A matéria segue agora para a Câmara, com poucas chances de ser melhorada.

Na Câmara, merece destaque a apresentação da [PEC 21/2021](#), de autoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e mais uma centena de parlamentares, vedando aos militares da ativa a ocupação de cargo de natureza civil na Administração Pública, nos três níveis da Federação. A medida se torna ainda mais necessária com base na experiência que estamos tendo, com um governo abarrotado de militares.

O Congresso, por sua vez, aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022 ([PLN 3/2021](#)), do Poder Executivo. Desemprego, pandemia, crise econômica, mas os interesses corporativos da maioria dos parlamentares falaram mais alto outra vez: a proposta praticamente triplica os recursos do fundo eleitoral, que passaram de 2 bilhões para 5,7 bilhões. Enquanto isso a LDO aprovada não prevê aumento real (acima da inflação) para o salário mínimo. A matéria vai à sanção.

A Câmara realizou Audiência Pública Conjunta da Comissão de Legislação Participativa (CLP), Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) sobre a [Portaria 13/2021](#), do Ministério da Saúde, que trata de uso em grupos específicos de mulheres de implante contraceptivo para evitar a gravidez. A proposta tem sido muito criticada por suas características eugênicas e discriminatórias.

[Confira o vídeo da Audiência.](#)

A CPI do Genocídio, por sua vez, segue expondo os crimes do governo bolsonaro, não bastassem as mais de 545 mil pessoas mortas, o escândalo do kit covid, vemos descortinadas as tentativas de negócios escusos na compra de vacinas.

Câmara e Senado entraram em recesso e voltam na primeira semana de agosto. Até lá!

RESULTADOS DA SEMANA

DE 12 A 16 DE JULHO

Foi aprovado no Plenário da Câmara o projeto sobre infanticídio. O [PL 1360/2021](#), de autoria da deputada Alê Silva (PSL/MG) e outros, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988. Altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal. Resultado: aprovado o parecer da relatora, deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo. O projeto vai ao Senado.

Aprovou também o PRC 9/2021, de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que institui o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger, a ser concedido, anualmente, pela Câmara, agora vai à promulgação. E o REQ 1479/2021, de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI-TO) e outros, que disciplina as atividades de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância de empregadas gestantes.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) aprovou o PL 6203/2019, de autoria do deputado Bosco Costa (PL/SE), que estabelece a obrigatoriedade de Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinarem um terço das vagas de seus respectivos Conselhos de Administração a mulheres, que agora será discutido pela CTASP; e o REQ 31/2021, de autoria da deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), para a realização de Audiência Pública para discussão da ampliação da atuação do Oficial de Justiça na garantia da efetividade das decisões judiciais, em especial, das medidas protetivas às vítimas e o alcance social diversificado deste qualificado profissional nas causas de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher.

A deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), pediu vistas à dois projetos em discussão na CMulher: PL 2690/2020, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF) e outros, que dispõe sobre condições mínimas para a oferta e manutenção de serviço de acolhimento de mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar em casas-abrigos; e PL 4311/2019, de autoria da deputada Rosana Valle (PSB/SP), que altera a Lei Maria da Penha, criando núcleos para a reabilitação de homens agressores.

Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) discutiu o PL 100/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que cria a semana nacional de combate a importunação sexual. O deputado Aluísio Mendes pediu vistas.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Como de costume, várias das propostas apresentadas estão no campo do enfrentamento da violência contra as mulheres:

- [PL 2466/2021](#), de autoria do deputado Leonardo Picciani (MDB/RJ), dispõe sobre a oferta de ônibus exclusivo para mulheres em todas as linhas em operação de transporte público coletivo nas áreas urbanas e de caráter urbano;
- [PL 2556/2021](#), de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta;
- [PL 2473/2021](#), de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), revoga os crimes contra a honra, mantendo somente a injúria qualificada pelo uso de elemento racial ou referente à idade ou condição de pessoa com deficiência.

No campo da política foi apresentado o [PL 2513/2021](#), de autoria da deputada Gleisi Hoffmann (PT/PR) + 37, que institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Violência Política de Gênero.

No campo da saúde foram apresentados os [PL 2504/2021](#), de autoria do Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA), que estabelece o pagamento de dois salários mínimos às mulheres gestantes desempregadas e um salário mínimo e meio às mulheres gestantes empregadas, enquanto perdurarem os efeitos da pandemia do novo coronavírus; e o [PL 2598/2021](#), de autoria do deputado Francisco Jr. (PSD/GO), institui o Programa de Proteção e Atendimento às Gestantes (Proges) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e medidas para o fomento ao empreendedorismo feminino por meio do crédito é o que propõe o [PL 2589/2021](#), de autoria da deputada Joice Hasselmann (PSL/SP) + 4.

VALE A PENA CONFERIR!



Plataforma Pela Reforma do Sistema Político

Rádio Plataforma: Reforma Eleitoral e Distritão reforçam subrepresentatividade feminina



Relatório da Agenda 2030

Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável



Estudo do Inesc

Balanco Semestral do Orçamento Geral da União - janeiro a junho de 2021



Folha

Igrejas silenciam vítimas de violência doméstica, dizem evangélicas



Fazendo Gênero

Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 : “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”



Brasil 247

Argentina passa a considerar cuidado materno como "trabalho" e garante direito à aposentadoria de 155 mil mulheres



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.